

Demonstrações Contábeis Regulatórias

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Em 31 de dezembro de 2015
com Relatório dos Auditores Independentes sobre as
Demonstrações Contábeis Regulatórias.

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Demonstrações contábeis regulatórias

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias	1
Balanços patrimoniais	3
Demonstrações dos resultados	5
Demonstrações dos resultados abrangentes	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias	9



Centro Empresarial PB 370
Praia de Botafogo, 370
5º ao 10º Andares - Botafogo
22250-040 - Rio de Janeiro, RJ, Brasil
Tel.: (55 21) 3263-7000
ey.com.br

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Aos
Acionistas e Diretores da
Linhas de Transmissão do Itatim S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Linhas de Transmissão do Itatim S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL através da Resolução Normativa no. 605, de 11 de março de 2014.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis regulatórias

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com o MCSE, e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis regulatórias com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento das exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis regulatórias. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração das demonstrações contábeis regulatórias da Companhia para planejar procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Linhas de Transmissão do Itatim S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL através da Resolução Normativa no. 605, de 11 de março de 2014.

Base de elaboração das demonstrações contábeis

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Linhas de Transmissão do Itatim S.A. a cumprir os requisitos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.


Outros assuntos

A Linhas de Transmissão do Itatim S.A. preparou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (demonstrações contábeis societárias), sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 16 de março de 2016.

As demonstrações contábeis regulatórias para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentadas para fins de comparabilidade, não foram examinadas por auditores independentes.

Rio de Janeiro, 15 de abril de 2016.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP 015.199/F-6



Gláucio Dutra da Silva
Contador CRC - 1RJ 090.174/O-4

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u> <u>(não auditado)</u>
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	15.429	21.694
Concessionárias e permissionárias	8	11.220	14.195
Adiantamento a fornecedores		893	474
Impostos a recuperar	9	3.765	3.319
Estoques		8.762	6.409
Outros ativos circulantes		173	271
		<u>40.242</u>	<u>46.362</u>
Ativo não circulante			
Títulos e valores mobiliários	7	22.809	24.247
Contas a receber – Partes relacionadas	24	131	25
Outros ativos não circulantes		4.301	162
Imobilizado não vinculado à concessão		303	326
Imobilizado	10	491.496	509.388
Intangível	11	34.415	34.454
		<u>553.455</u>	<u>568.602</u>
		<u>593.697</u>	<u>614.964</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u> (não auditado)
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores - terceiros		998	1.109
Fornecedores - partes relacionadas	23	5	5
Financiamentos - terceiros	12	25.409	25.423
Impostos e contribuições sociais	15	2.900	8.313
Taxas regulamentares	13	2.723	3.077
Dividendos propostos	17	8.155	-
Outros passivos circulantes		504	390
		40.694	38.317
Passivo não circulante			
Financiamentos – terceiros	12	234.267	260.770
Outras contas a pagar - partes relacionadas	24	4	-
Outros passivos não circulantes	16	19.815	19.050
		254.086	279.820
Patrimônio líquido	17		
Capital social		261.360	261.360
Reserva de lucros		8.155	-
Reserva legal		858	-
Prejuízos acumulados		28.544	35.467
		298.917	296.827
		593.697	614.964

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u> <u>(não auditado)</u>
Receita operacional líquida	18	55.539	63.961
Custo da operação	19	<u>(22.251)</u>	<u>(22.543)</u>
Lucro bruto		33.288	41.418
Despesas gerais e administrativas		(417)	(900)
Outras despesas		<u>232</u>	<u>-</u>
Lucro antes das receitas financeiras		33.103	40.518
Resultado financeiro	21	<u>(16.613)</u>	<u>(16.688)</u>
Receita financeira		4.655	3.684
Despesa financeira		<u>(21.268)</u>	<u>(20.372)</u>
Resultado antes dos impostos		<u>16.490</u>	<u>23.830</u>
Imposto de renda e contribuição social		(6.245)	(8.399)
Lucro líquido do exercício		<u>10.245</u>	<u>15.431</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	<u>2015</u>	<u>2014</u> (não auditado)
Lucro líquido do exercício	10.245	15.431
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de resultados abrangentes	<u>10.245</u>	<u>15.431</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Linhas de Transmissão Itatim S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	Reserva de lucros			Lucro (prejuízos) acumulados	Total
	Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2013 (não auditado)	261.360	-	-	20.036	281.396
Lucro líquido do exercício (não auditado)	-	-	-	15.431	15.431
Saldos em 31 de dezembro de 2014 (não auditado)	261.360	-	-	35.467	296.827
Lucro líquido do exercício	-	-	-	10.245	10.245
Constituição da reserva legal	-	858	-	(858)	-
Destinação de lucros acumulados a reserva de lucros	-	-	8.155	(8.155)	-
Dividendos propostos	-	-	-	(8.155)	(8.155)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	261.360	858	8.155	28.544	298.917

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	<u>2015</u>	<u>2014</u> (não auditado)
Lucro antes dos impostos	16.490	23.830
Ajustes:		
Juros e variações monetárias dos financiamentos	21.977	19.347
Depreciação e amortização	15.179	14.107
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(212)	724
Provisão para medidas compensatórias	768	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Concessionárias e permissionárias	3.400	(720)
Estoques	(2.353)	(6.409)
Impostos a recuperar	(446)	(2.378)
Adiantamentos a fornecedores	(419)	(408)
Outros ativos	(4.148)	(75)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	(110)	327
Tributos e contribuições sociais	(1.005)	8.167
Impostos pagos	(10.594)	(12.377)
Juros pagos	(19.587)	(19.385)
Taxas regulamentares	(354)	(146)
Outros passivos	(3.136)	(625)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	15.450	23.977
Atividades de investimento:		
Títulos e valores mobiliários	1.439	(24.247)
Aquisição de imobilizado e intangível	(944)	(3.058)
Baixa de imobilizado e intangível	3.486	7.787
Fluxo de caixa consumido pelas atividades de investimento	3.982	(19.519)
Atividades de financiamento:		
Financiamentos pagos	(25.696)	(25.372)
Fluxo de caixa consumido pelas atividades de financiamento	(25.696)	(25.372)
Variação do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(6.265)	(20.914)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	21.694	42.608
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	15.429	21.694

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

1. Informações gerais

A Linhas de Transmissão do Itatim S.A. (“Itatim” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 8 de dezembro de 2008 e estabelecida no Rio de Janeiro, com filiais em Campo Grande - MS e Goianésia - GO.

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (“SGBH” ou “Grupo SGBH”), desde 14 de dezembro de 2012 quando foi adquirida já em fase operacional da CYMI Holding S.A., CYMI do Brasil Proj. Serv. Ltda e Lintran do Brasil S.A. A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

A Companhia tem por objeto social: (i) explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programação, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentos em vigor; e (ii) prestar serviços de implantação, construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programação, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

1.1. Da concessão

As atividades da Companhia estão reguladas pelo Contrato de Concessão de Transmissão de Energia Elétrica nº 007/2009, firmado com a ANEEL em 23 de abril de 2009, com prazo de 30 anos.

Os equipamentos e instalações relativos ao Interesse Exclusivo de Centrais de Geração para Conexão Compartilhada (ICG) e ao Interesse Exclusivo e Caráter Individual de Centrais de Geração (IEG) deverão ser transferidos à concessionária de distribuição local, sem ônus, em 1º de julho de 2025, excetuados os transformadores integrantes das ICG e suas conexões.

1.2 Receita anual permitida (RAP)

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Companhia está autorizada a cobrar a tarifas de uso do sistema de transmissão (TUST). As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

A RAP será corrigida anualmente, no mês de julho de cada exercício, com base na variação anual do índice de preços do Consumidor Amplo (IPCA). A ANEEL procederá à revisão da RAP, durante o período de concessão, em intervalos periódicos de cinco anos, contado do primeiro mês de julho subsequente à data do contrato.

Em 16 de junho de 2014, a ANEEL, de acordo com a resolução homologatória nº 1.756/2014 estabeleceu a RAP em R\$ 59.566 para o período de 1º de julho de 2014 a 30 de junho de 2015.

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

Em 23 de junho de 2015, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº1.918/2015, estabeleceu a RAP em R\$ 63.101 para o período de 1º de julho de 2015 a 30 de junho de 2016.

A receita faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

1.3 Setor elétrico no Brasil - Transmissão

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da rede básica é atribuição do ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

As Demonstrações Contábeis Regulatórias (DCRs) foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador, a ANEEL.

No exercício de 2015 a ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico 2015, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2015.

Com base nessas alterações houve a reclassificação do saldo da Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE), que em 2014 foi apresentada no grupo de custo da operação (nota explicativa 18) e em 2015 foi classificada como dedução da receita operacional (nota explicativa 17). O montante reclassificado em 2014 foi de R\$ 368. Não foram efetuadas outras reclassificações materiais nas demonstrações contábeis regulatórias;

As DCRs apresentam informações comparativas em relação ao período anterior e foram autorizadas pela Administração em 15 de abril de 2016.

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

2.1. Estimativas e premissas

As demonstrações contábeis regulatórias (DCRs) foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis regulatórias foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas DCRs. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.2. Conversão de saldos em moeda estrangeira

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das DCRs. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.3. Classificação circulante versus não circulante

Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa.

Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

3. Resumo das práticas contábeis regulatórias

As práticas contábeis regulatórias utilizadas, são as mesmas adotadas nas demonstrações financeiras societárias, as quais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, exceto pelas práticas apresentadas a seguir:

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

3.1. Imobilizado e intangível

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação/amortização é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas Resolução vigente emitida pela ANEEL. Mais informações sobre as taxas de depreciação/amortização e Resoluções vigente veja nota explicativa 10 – Imobilizado e 11 – Intangível.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação ou amortização regulatória e o prazo de vigência da concessão. O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas regulatórias.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado e/ou intangível é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

A Companhia mantém os ativos imobilizados e intangíveis segregados em “Em Serviço” e “Em Curso”. Os itens apresentados no grupo Em serviço correspondem a imobilizados e intangíveis já unitizados e em operação. Os saldos apresentados no grupo `Em curso` correspondem a projetos em desenvolvimento, compras em andamento, sobressalente não alocados a ativos em funcionamento e outras aquisições que ainda estão sob análise da Administração para que sejam unitizados, e assim, reclassificados para o grupo em serviços e tenham depreciação iniciada.

3.2. Obrigações especiais vinculadas à concessão

Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores da Companhia para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

3.3. Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medido pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

4. Resumo das principais práticas contábeis (regulatórias e societárias)

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

4.1. Caixa e equivalentes de caixa

Os caixas equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

4.2. Concessionárias e permissionárias

Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas.

Provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis.

4.3. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

4.4. Provisão para redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

4.5. Impostos

Impostos sobre serviços prestados

As receitas estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS) com alíquota de 1,65% e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) com alíquota de 7,6%. Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

Imposto de renda e contribuição social - correntes

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

4.6. Provisões para contingências

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4.7. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às DCRs tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às DCRs tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado.

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

4.8. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes.

4.9. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

4.10. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

Ativos financeiros não derivativos

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, concessionárias e permissionárias e ativo financeiro amortizável.

O saldo de caixa e equivalente de caixa e concessionárias e permissionárias são classificados como empréstimos e recebíveis, pois representam ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. O saldo de ativo financeiro amortizável é classificado como ativos financeiros a valor justo por meio de resultado.

Esses instrumentos financeiros ativos são mensurados pelo valor justo e após reconhecimento inicial são mensurados pelo valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

Passivos financeiros não derivativos

Os principais passivos financeiros reconhecidos são: fornecedores - partes relacionadas e terceiros e financiamentos. Estes passivos financeiros não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial, os passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método de juros efetivos. O saldo de financiamentos é classificado como passivo financeiro não mensurado ao valor justo e reconhecidos pelo seu custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. O saldo de fornecedores de bens e serviços necessários às operações da Companhia, cujos valores são conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data dos balanços. Estes saldos também são classificados como passivo financeiro reconhecido pelo custo amortizado.

Desreconhecimento (baixa) dos ativos e passivos financeiros

Um ativo financeiro é baixado quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem e/ou quando a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Ativos e passivos financeiros derivativos

A Companhia não mantém ativos ou passivos financeiros derivativos e não identificou contratos com características de derivativos embutidos separáveis.

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

5. Conciliação do balanço patrimonial regulatório e societário

As diferenças de práticas contábeis societárias e regulatórias apresentadas nas notas explicativas 2, 3 e 4 estão apresentadas a seguir de forma comparativa:

Nota	31/12/2015			31/12/2014		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório (não auditado)	Ajustes (não auditado)	Societário
Ativo						
Ativo circulante	40.242	(56.338)	96.580	46.362	(42.519)	88.881
Caixa e equivalentes de caixa	15.429	-	15.429	21.694	-	21.694
Concessionárias e permissionárias	11.220	-	11.220	14.195	-	14.195
Adiantamentos a fornecedores	893	-	893	474	-	474
Impostos a recuperar	3.765	-	3.765	3.319	-	3.319
Estoques	8.762	-	8.762	6.409	-	6.409
Ativo financeiro amortizável	a	(56.338)	56.338	-	(42.519)	42.519
Outros ativos circulantes	173	-	173	271	-	271
Ativo não circulante	553.455	46.659	506.796	568.602	63.735	504.867
Títulos e valores mobiliários	22.809	-	22.809	24.247	-	24.247
Ativo financeiro amortizável	a	(479.113)	479.113	-	(479.912)	479.912
Outros ativos não circulantes	4.432	-	4.432	187	-	187
Imobilizado não vinculado à concessão	303	-	303	326	-	326
Imobilizado	b	491.465	31	509.388	509.340	48
Intangível	b	34.307	108	34.454	34.307	147
	593.697	(9.679)	603.376	614.964	21.216	593.748

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2015			31/12/2014		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório (não auditado)	Ajustes (não auditado)	Societário
Passivo							
Passivo circulante		40.694	-	40.694	38.317	-	38.317
Fornecedores terceiros		998	-	998	1.109	-	1.109
Fornecedores partes relacionadas		5	-	5	5	-	5
Financiamentos com terceiros		25.409	-	25.409	25.423	-	25.423
Tributos e contribuições sociais		2.900	-	2.900	8.313	-	8.313
Taxas regulamentares		2.723	-	2.723	3.077	-	3.077
Dividendos propostos		8.155	-	8.155	-	-	-
Outros passivos circulantes		504	-	504	390	-	390
Passivo não circulante		254.086	(38.223)	292.309	279.820	(46.598)	326.418
Financiamentos com terceiros		234.267	-	234.267	260.770	-	260.770
Outras contas a pagar com partes relacionadas		4	-	4	-	-	-
Tributos Diferidos	c	-	(38.223)	38.223	-	(46.598)	46.598
Outros passivos não circulantes		19.815	-	19.815	19.050	-	19.050
Patrimônio líquido		298.917	28.544	270.373	296.827	67.814	229.013
Capital social		261.360	-	261.360	261.360	-	261.360
Reserva de Lucros		8.155	-	8.155	-	-	-
Reserva Legal		858	-	858	-	-	-
Lucro/Prejuízo acumulado	d/e	28.544	28.544	-	35.467	67.814	(32.347)
		593.697	(9.679)	603.376	614.964	21.216	593.748

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2015			31/12/2014		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório (não auditado)	Ajustes (não auditado)	Societário
Receita operacional bruta	d	63.732	(13.032)	76.764	73.619	(36.203)	109.822
Deduções da receita operacional	e	(8.193)	5.228	(13.420)	(9.658)	-	(9.658)
Receita operacional líquida		55.539	(7.804)	63.344	63.961	(36.203)	100.164
Custo da operação		(22.251)	(17.864)	(4.388)	(22.543)	(19.191)	(3.352)
Lucro bruto		33.288	(25.668)	58.956	41.418	(55.394)	96.812
Despesas gerais e administrativas		(417)	-	(417)	(900)	-	(900)
Outras (despesas) / receitas operacionais		232	-	232	-	-	-
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro		33.103	(25.668)	58.771	40.518	(55.394)	95.912
Resultado financeiro		(16.613)	-	(16.613)	(16.688)	-	(16.688)
Receita financeira		4.655	-	4.655	3.684	-	3.684
Despesa financeira		(21.268)	-	(21.268)	(20.372)	-	(20.372)
Resultado de equivalência patrimonial							
Lucro antes dos impostos		16.490	(25.668)	42.158	23.830	(55.394)	79.224
Imposto de renda e contribuição social	c	(6.245)	(13.603)	7.358	(8.399)	18.815	(27.216)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		10.245	(39.271)	49.516	15.431	(36.579)	52.008

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

Segue apresentação sobre as diferenças entre as práticas contábeis societárias e regulatórias:

a) Ativo financeiro amortizável

De acordo com o ICPC 01 (R1) Contratos de concessão, as infraestruturas desenvolvidas no âmbito dos contratos de concessão não são reconhecidas como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que o concessionário não possui a propriedade, tampouco controla a utilização dessa infraestrutura, passando a ser reconhecidas de acordo com o tipo de compromisso de remuneração a ser recebida pelo concessionário.

No caso dos contratos de concessão de transmissão de energia, entende-se que o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão na utilização do modelo de ativo financeiro, classificado como “recebíveis” e registrado ao valor justo nas demonstrações financeiras societárias.

Os ativos financeiros amortizáveis incluem os valores a receber decorrentes dos serviços de desenvolvimento de infraestrutura, da receita financeira e dos serviços de operação e manutenção

Na aplicação do ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, que define as regras de mensuração e contabilização do ativo financeiro é necessário que os CPC 17 - Contratos de Construções, CPC 30 - Reconhecimento das receitas e CPC 38 - Instrumentos financeiros - reconhecimento e mensuração sejam aplicados em conjunto.

A aplicação dessa norma ocorre apenas no balancete societário visto que Órgão Regulador não adota esse pronunciamento. A adoção dessas normas gera impacto nas demais linhas do balanço.

b) Imobilizado e intangível

Nas demonstrações financeiras societárias o ativo imobilizado e intangível operacional são reconhecido como ativo financeiro amortizável e indenizável de acordo com as determinações do ICPC 01 (R1) e valorizados de acordo com as premissas determinadas pela Administração.

c) Impostos diferidos

Saldo referente aos registros contábeis da movimentação do ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão que será realizado na proporção das operações considerando a receita e custos de operação realizados e depreciação do ativo imobilizado da concessão.

d) Receita

Receita de operação e manutenção

A receita de operação e manutenção é reconhecida pelo montante destinado pelo poder concedente para fazer face aos custos de operação e manutenção dos ativos de transmissão.

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

Receita de construção

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a transmissão de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais, se houver.

Remuneração dos ativos financeiros

Corresponde a remuneração pela taxa de desconto, que compreende a taxa interna de retorno do projeto, do fluxo incondicional de recursos estabelecido pelo poder concedente através da RAP.

As receitas de operação e manutenção, receita de construção e remuneração dos ativos financeiros são registradas baseadas na adoção do ICPC 01(R1) nas demonstrações financeiras societárias. Nas DCRs apenas a receita incorrida no exercício é registrada, conforme nota explicativa 3.2.

e) Custo de operação e manutenção e custo de construção

O saldo de custo de construção e operação e manutenção são reconhecidos nas demonstrações financeiras societárias baseados com o ICPC 01 R1 e CPC 17. Nas DCRs os saldos são representados pela depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível.

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

6. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Bancos	377	302
Aplicações financeiras	15.052	21.392
	<u>15.429</u>	<u>21.694</u>

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs e Fundos de Investimento que buscam alcançar seu objetivo por meio da aplicação de seus recursos preponderantemente em cotas de fundos de investimento e/ou fundos de investimento em cotas de fundos de investimento da classe Referenciado. Tanto os CDBs como os fundos podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração atrelada à taxa CDI.

7. Títulos e valores mobiliários

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Conta reserva - financiamento	22.809	24.247
	<u>22.809</u>	<u>24.247</u>

Saldos apresentados como não circulante para atender as exigências referente as garantias reais do contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Durante todo o prazo do contrato, a Companhia deve manter em favor do BNDES uma conta reserva, com recursos vinculados, no valor correspondente a seis vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida, sendo que a movimentação dessa conta só pode ser realizada com autorização formal do BNDES.

8. Concessionárias e permissionárias

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
A vencer	6.318	7.557
Vencidas até 30 dias	52	488
Vencidas até 60 dias	26	224
Vencidas até 90 dias	34	29
Vencidas até 120 dias	29	35
Vencidas até 180 dias	4.761	5.862
Vencidas há mais de 180 dias	515	727
	<u>11.735</u>	<u>14.922</u>
PCLD	(515)	(727)
	<u>11.220</u>	<u>14.195</u>

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

Em função do giro das concessionárias e permissionárias em curtíssimo prazo, a Administração constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. De acordo com as normas do agente regulador, a PCLD deve ser avaliada para saldos vencidos acima de 180 dias. A Administração, por sua vez avalia as faturas vencidas acima de 180 dias de forma individualizada, e constitui a PCLD julgada necessária. Segue movimentação da PCLD:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Saldo em 1º de janeiro	(727)	(3)
Reversão	212	-
Adição	-	(724)
Saldo em 31 de dezembro	<u>(515)</u>	<u>(727)</u>

9. Impostos a recuperar

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
IR s/ aplicação financeira	480	480
IRPJ	1.864	1.680
CSLL	1.357	1.097
PIS	2	2
COFINS	8	8
Outros	54	52
	<u>3.765</u>	<u>3.319</u>

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

10. Imobilizado

10.1 Mapa movimentação ativo imobilizado

	Valor Bruto em 31/12/2014	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Valor Bruto em 31/12/2015	Adições líquidas = (a)-(b)+(c)	Depreciação acum.	Valor líquido em 31/12/2015	Valor líquido em 31/12/2014
	(não auditado)								
Ativo imobilizado em serviço									
Transmissão	542.461	-	-	776	543.237	776	(65.507)	477.730	492.287
Terrenos	5.978	-	-	-	5.978	-	-	5.978	5.978
Edificações, obras civis e benfeitorias	15.696	-	-	-	15.696	-	(2.371)	13.325	13.872
Máquinas e equipamentos	520.787	-	-	591	521.378	591	(63.128)	458.250	472.437
Veículos	-	-	-	166	166	166	(8)	158	-
Móveis e utensílios	-	-	-	19	19	19	-	19	-
Administração	169	-	-	-	169	-	(138)	31	47
Máquinas e equipamentos	135	-	-	-	135	-	(120)	15	29
Móveis e utensílios	34	-	-	-	34	-	(18)	16	18
	542.630	-	-	776	543.406	776	(65.645)	477.761	492.334
Ativo imobilizado em curso									
Transmissão	17.054	944	(3.486)	(776)	13.735	3.653	-	13.735	17.054
Outros	17.054	944	(3.486)	(776)	13.735	3.653	-	13.735	17.054
	17.054	944	(3.486)	(776)	13.735	3.653	-	13.735	17.054
	559.684	944	(3.486)	-	557.141	4.429	(65.645)	491.496	509.388

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

10.2 Taxas de depreciação

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2015			2014
		Valor Bruto	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Imobilizado em serviço					(não auditado)
Transmissão	3,38%	543.237	(65.507)	477.730	492.287
Administração	11,77%	169	(138)	31	47

(i) Para a identificação da taxa anual média de depreciação, foi utilizado o percentual da Resolução Aneel 474 de 2012, por item do controle patrimonial auxiliar, sendo gerado uma média aritmética da soma dos percentuais dividido pelo número de itens registrados.

A seguir apresentamos as principais taxas de depreciação e amortização, de acordo com a Resolução ANEEL 474 de 2012, por grupo do ativo imobilizado e intangível de segregadas de acordo com as atividades operacionais:

	Taxas anuais de depreciação (%)
Imobilizado - transmissão	
Banco de capacitores seriais	5,00%
Barramento	2,50%
Chave	3,33%
Conduto e canaleta	4,00%
Condutor	2,70%
Disjuntor	3,03%
Edificação	2,00%
Estrutura (poste, torre)	3,57%
Medidor	4,00%
Painel, mesa de comando e cubículo	3,57%
Pára-raios	4,17%
Reator (ou resistor)	2,78%
Sistema de alimentação de energia	5,88%
Sistema de aterramento	3,03%
Sistema de comunicação e proteção carrier	5,00%
Sistema de proteção, medição e automação	6,67%
Sistema de radiocomunicação	6,67%
Software	20,00%
Subestação unitária	3,57%
Transformador de distribuição	4,00%
Transformador de força	2,86%
Administração	
Equipamentos de Informática	16,67%
Veículos	14,29%
Software	20,00%
Móveis e Utensílios	6,25%

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

10.3 Principais aquisições do ativo imobilizado em curso em 2015

Adições do ativo imobilizado em curso	Material e equipamentos
Edificações e benfeitorias	37
Máquinas e Equipamentos	302
Veículos	94
Móveis e Utensílios	18
Material em depósito	523
Adiantamentos a Fornecedores	(37)
Outros	7
	944

10.4 Principais adições do ativo imobilizado em serviço em 2015

Imobilizado em curso operacional	Grupo	Valor
1 Para-raio tipo estação polimerico 120 kv 10 ka	Máquinas e equipamentos	300
2 Para-raio tipo estação polimerico 120 kv 10 ka	Máquinas e equipamentos	124
L200 Triton 3.2 Diesel MT/G Chassi		
3 93XJNKB8TD80725	Veículos	92
4 Fiat Palio Weekend attractive 1.4	Veículos	46
5 Equipamentos para aterramento elétrico	Máquinas e equipamentos	41
6 Motoventilador TB-V100	Máquinas e equipamentos	37
7 VW Novo Gol 1.0 City	Veículos	28
8 Camera termografica com lente infravermelha padrão	Máquinas e equipamentos	28
9 Vestimenta condutiva completa	Máquinas e equipamentos	27
10 Telefone sem fio de longo alcance para as subestações	Máquinas e equipamentos	16

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

11. Intangível

11.1 Mapa movimentação ativo intangível

	Valor Bruto em 31/12/2014	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Valor Bruto em 31/12/2015	Adições líquidas = (a)- (b)+(c)	Amortização acum.	Valor líquido em 31/12/2015	Valor líquido em 31/12/2014
Intangível em serviço	(não auditado)							(não auditado)	
Transmissão	34.307	-	-	-	34.307	-	-	34.307	34.307
Servidões	34.307	-	-	-	34.307	-	-	34.307	34.307
Administração	199	-	-	-	199	-	(91)	108	147
Softwares	199	-	-	-	199	-	(91)	108	147
	34.506	-	-	-	34.506	-	(91)	34.415	34.454
	34.506	-	-	-	34.506	-			-

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

11.2 Taxas de amortização

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2015			2014
		Valor Bruto	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido (não auditado)
Intangível em serviço					
Administração	20,00%	199	(91)	108	147
		199	(91)	108	147

Para a identificação da taxa anual média de depreciação, foi utilizado o percentual da Resolução Aneel 474 de 2012, por item do controle patrimonial auxiliar, sendo gerado uma média aritmética da soma dos percentuais dividido pelo número de itens registrados.

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

12. Financiamentos – Terceiros

a) Total da dívida

Descrição	Início	Vencimento	Frequência pgto de juros	Data próx. Pgto de juros	Frequência da amortização	Data próx. amortização	Sistemática da amortização	Garantias	Encargos	2015	2014
BNDES - Subcrédito A	11/2012	04/2028	Mensal	15/01/16	Mensal	15/01/16	SAC	(i)	TJLP + 2,74% a.a.	209.315	226.872
BNDES - Subcrédito B	11/2012	10/2022	Mensal	15/01/16	Mensal	15/01/16	SAC	(i)	2,5% a.a.	50.118	57.453
BNDES - Subcrédito C (ii)	09/2014	04/2027	Mensal	15/01/16	Mensal	15/01/16	SAC	(i)	TJLP	243	1.868
										259.676	286.193
Circulante										25.409	25.423
Não circulante										234.267	260.770
										259.676	286.193

(i) Segue relação das garantias do contrato:

- Penhor de direitos emergentes do contrato de concessão.
- Caução, dada por todos os acionistas em favor do BNDES, da totalidade das ações da Companhia.
- Caução dos direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de transmissão.

(ii) O Subcrédito C do contrato de financiamento do BNDES, no valor de R\$ 1.604.900 deverá ser destinado aos investimentos sociais de empresas no âmbito da comunidade, não contemplados nos licenciamentos ambientais e/ou nos programas socioambientais do projeto básico ambiental para implantação do projeto a que se refere este contrato, através dos projetos Maré do Amanhã e Projeto Casa Abrigo Criança Cidadã, com orçamento previsto de R\$ 1,2 milhão e R\$ 531 mil, respectivamente. Para esses projetos houve a realização de R\$ 995.552 até 31 de dezembro de 2015.

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

b) Fluxos de pagamentos futuros da dívida (principal e juros):

	<u>Amortização</u>
2016	25.409
2017	25.748
2018	25.748
2019	25.748
2020 - 2028	157.023
	<u>259.676</u>

c) Covenants

De acordo com as cláusulas contratuais, a Companhia deve atender ao fluxo de caixa para pagamento da dívida no período dividido pelo montante de pagamentos de juros e amortizações de principal no período superior ou igual a 1,50 vezes. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 a Companhia atingiu os índices propostos.

13. Taxas regulamentares

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Quota de reserva global de reversão (RGR) (i)	1.064	1.663
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) (ii)	1.299	964
Taxa de fiscalização (TFSEE) (iii)	360	450
	<u>2.723</u>	<u>3.077</u>

(i) RGR

Taxa criada pelo Decreto n.º 41.019 de 26 de fevereiro de 1957 que tem a finalidade de prover recursos para melhoria do serviço público de energia elétrica, financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Conforme art. 20 da Lei nr 12.431 a vigência desta taxa ocorrerá até 2035.

O pagamento dessa taxa é regulamentado pelo artigo 1º da Resolução da Aneel nº 23, de 5 de fevereiro de 1999, onde determina que as concessionárias e permissionárias do serviço público de energia elétrica devem pagar à Eletrobrás mensalmente valores tendo como base em 2,5% do investimento e mantém a provisão de 2,5% da receita operacional regulatória.

Possíveis diferenças entre pagamento e provisão são ajustadas anualmente através de Despachos emitidos pela Aneel. A Administração da Companhia acompanha a emissão desses Despachos a fim de ajustar os valores pagos e reconhecidos no balanço.

(ii) P&D

Conforme as Resoluções Aneel 316 de 2008 e nr. 504 de 2012, as concessionárias e permissionárias de serviço público devem destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória para destinação à projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os saldos não aplicados são atualizados mensalmente pela taxa Selic, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização.

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

(iii) TFSEE

Instituída pela Lei 9.427, de 1996, e regulamentado pelo Decreto 2.410, de 1997 pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades. O percentual da taxa foi atualizado pela Lei 12.783 de 2013, onde foi fixada alíquota de 0,4%, que incide sobre o saldo da receita operacional líquida regulatória.

14. Provisão para contingências

Contingências prováveis (provisionadas):

A Companhia não possui processos com expectativa de perda provável.

Contingências possíveis (não provisionadas):

Os consultores jurídicos analisaram a posição de todos os processos nos quais a Companhia figura como ré e estimaram as perdas possíveis em:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Ambiental	86	-
Trabalhista	8.727	-
	<u>8.813</u>	<u>-</u>

15. Impostos e contribuições sociais

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
IR	1.558	5.599
CSLL	823	2.119
PIS	68	91
COFINS	322	423
Outros	129	81
	<u>2.900</u>	<u>8.313</u>

16. Outros passivos não circulantes

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Obrigações especiais (i)	18.818	19.050
Outras provisões passivas	997	-
	<u>19.815</u>	<u>19.050</u>

(i) Recebimento antecipado pelas centrais geradoras para o custeio de aquisição de instalações de transmissão de interesse exclusivo. Amortizamos a taxa média de depreciação do ano de 2014, 2,43%, pela realização da receita.

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

17. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o capital subscrito e integralizado da Companhia era de R\$261.360.000,00 dividido em 261.360.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1,00 cada. A composição do capital social subscrito é como se segue:

	<u>2015 e 2014</u>
SGBH	99,99%
International Grid Holding Limited	0,01%
	<u>100%</u>

b) Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido societário do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades Anônimas.

c) Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 50% do lucro líquido societário após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por ações nº 6.404/76.

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Lucro líquido do exercício	49.516	52.008
Absorção de prejuízo	(32.347)	(52.008)
Base para reserva legal	17.168	-
Reserva legal (5%)	(858)	-
Base de cálculo para os dividendos	16.310	-
Dividendo mínimo obrigatório (50%)	8.155	-

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

18. Receita operacional líquida

	<u>2015</u>	<u>2014</u> (não auditado)
Receita operacional bruta	<u>63.732</u>	<u>73.619</u>
Receita quota CDE	18	14
Receita quota Proinfa	18	28
Receita rateio de antecipação	3.670	2.635
Receita de encargos de transmissão	44.764	42.776
Receita de novas obras RBNI	43	39
Recuperação de PIS e COFINS	4.576	5.403
Receita de CCT	15.707	16.034
Parcela ajuste do ciclo anterior	(5.032)	6.690
Indisponibilidade de equipamentos	(32)	-
Deduções da receita operacional	<u>(8.193)</u>	<u>(9.658)</u>
PIS	(1.052)	(1.215)
COFINS	(4.844)	(5.595)
P&D	(562)	(640)
RGR	(1.593)	(1.840)
Quota CDE	(18)	-
TFSEE	(117)	(368)
Quota Proinfa	(7)	-
	<u>55.539</u>	<u>63.961</u>

19. Custo da operação

	<u>2015</u>	<u>2014</u> (não auditado)
Pessoal	(2.686)	(2.474)
Material	(1.745)	(1.600)
Serviços de terceiros	(1.470)	(3.207)
Tributos	(120)	(162)
Arrendamentos e aluguéis	(124)	(139)
Seguros	(61)	(69)
Depreciação	(15.102)	(14.068)
Gastos diversos (i)	(943)	(824)
	<u>(22.251)</u>	<u>(22.543)</u>

(i) Grupo de contas gastos diversos de acordo com o plano de contas da ANEEL. Os maiores impactos são de serviços de telecomunicação e CCI sem receita atrelada.

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

20. Despesa com pessoal

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Pessoal - operação		
Remuneração	(1.757)	(1.574)
Encargos	(567)	(593)
Despesas rescisórias	(5)	-
Benefícios	(357)	(292)
Outros	-	(15)
	<u>(2.686)</u>	<u>(2.474)</u>
Pessoal - administração		
Remuneração	(295)	(172)
Encargos	(84)	(59)
Benefícios	(65)	(46)
	<u>(444)</u>	<u>(277)</u>
	<u>(3.130)</u>	<u>(2.751)</u>

21. Resultado financeiro

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Receita financeira	<u>4.655</u>	<u>3.684</u>
Receitas de aplicações financeiras	4.654	3.675
Outras receitas financeiras	1	9
Despesa financeira	<u>(21.268)</u>	<u>(20.372)</u>
Juros sobre financiamentos (nota explicativa 10)	(19.606)	(19.347)
Variação monetária	(764)	-
Outras despesas financeiras	(898)	(1.025)
	<u>(16.613)</u>	<u>(16.688)</u>

22. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

Em 2015 e 2014, a Companhia não registrou investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros disponíveis para a venda. O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2.

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

22.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

<u>Ativos mensurados pelo valor justo</u>	<u>Nota</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Caixa e equivalentes de caixa	6	15.429	21.694
<u>Ativos mensurados pelo custo amortizado</u>	<u>Nota</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Concessionárias e permissionárias	8	11.220	14.195
<u>Passivos mensurados pelo custo amortizado</u>	<u>Nota</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Financiamentos	12	259.676	286.193
Fornecedores - terceiros		998	1.109
Fornecedores - partes relacionadas	24	5	5

22.2. Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

a) Riscos de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

b) Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus financiamentos indexados a taxas de juros pré-fixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

c) Riscos cambiais

Os resultados da Companhia não estão suscetíveis de sofrer variações materiais em função da natureza das atividades da Companhia. Adicionalmente, a Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção.

d) Risco de crédito

O risco de crédito está relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esses riscos, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações.

Os riscos de créditos relacionados às concessionárias e permissionárias são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a empresa apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento das garantias dos contratos.

e) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

23. Partes relacionadas

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2015 e 2014 na Companhia decorrem de transações junto a Controladora e empresas do Grupo, os quais são efetuados em condições usuais de mercado, os quais:

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

23.1 Ativo

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Outras contas a receber – não circulante	131	25

23.2 Passivo

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Fornecedor <i>(i)</i>	5	5
Outras contas a pagar com partes relacionadas	4	-

23.3 Resultado

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Despesa aluguel <i>(i)</i>	58	32

(i) O saldo de despesa de aluguel e fornecedores referem-se a despesas de aluguel junto a SGBH.